



POLO DO MINDELO
PROJETO EDUCATIVO
2023/2024 - 2026/2027

Validado em Conselho Pedagógico em 15 de julho de 2024
Aprovado em Conselho de Patronos de ... de de 2024

Índice

1.	Introdução	3
2.	Enquadramento	4
3.	Identidade e caracterização da EPCV-CELP-PM	5
	3.1. Caracterização do meio	5
	3.2. Caracterização da EPCV-CELP-PM	8
	3.3. Estrutura Organizacional da EPCV-CELP-PM	9
	3.4. Oferta educativa	12
	3.5. Educação Inclusiva	11
	3.6. Corpo docente e não docente	14
	3.7. Formação do pessoal docente e não docente	12
	3.8. Espaços Físicos	15
	3.9. Projetos e Atividades	16
	3.10. Envolvimento em iniciativas locais e reconhecimento local	13
	3.11. Relação escola - família	14
4.	Diagnose	18
	4.1. Diagnóstico Estratégico	18
	4.2. Sucesso Educativo e Abandono Escolar	16
5.	Plano Estratégico de Ação	17
	5.1. Missão, Visão e Valores da EPCV-CELP-PM	17
	5.2. Princípios orientadores	18
	5.3. Eixos de ação estratégica e ações a desenvolver	19
	5.3. Eixos de Ação	21
6.	Divulgação e Avaliação do Projeto Educativo	36
	Bibliografia	37
	Documentos	37
	Legislação	37

Índice de figuras

Figura 1. Evolução da população do Município de São Vicente (Fonte: INE 2022)	8
Figura 2. Dados estatísticos (Fonte: INE 2022)	9
Figura 3. Organograma da EPCV-CELP	11
Figura 4. Eixos de Ação Estratégica	24

Índice de tabelas

Tabela 1. Habilitações Académicas - Pessoal Docente e Não Docente do ano letivo 2023/24 ...	11
Tabela 2. Análise SWOT EPCV-CELP-PM 2023/24	19

1. Introdução

O Projeto Educativo é um dos instrumentos do exercício de autonomia da escola, como decorre do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho e é definido como “o documento que consagra a orientação educativa do agrupamento de escolas ou da escola não agrupada, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de quatro anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais o agrupamento de escolas ou escola não agrupada se propõe cumprir a sua função educativa.”

O Projeto Educativo da Escola Portuguesa de Cabo Verde - Centro de Ensino e da Língua Portuguesa - Polo do Mindelo (EPCV-CELP-PM) para o próximo quadriénio resulta da análise e reflexão a partir da caracterização do contexto e do diagnóstico efetuado. No seu desenvolvimento, pretende-se promover a participação da comunidade educativa, refletindo os seus contributos.

No processo de elaboração, procurou-se igualmente a integração e articulação entre os vários instrumentos de gestão, conforme o previsto na legislação que aprova o regime de autonomia, administração e gestão das escolas.

Sendo o Projeto Educativo o documento que apresenta as linhas orientadoras da atividade educativa, procurou-se evidenciar como a EPCV-CELP-PM assegura a concretização dos seus projetos, a implementação de boas práticas e a concretização das metas, com vista ao sucesso educativo.

Este documento sintetiza o plano de ação para melhorar a qualidade do serviço prestado, concretizado pelo Plano Anual de Atividades, em articulação com o Regulamento Interno.

Nesse sentido, o Projeto Educativo assume-se como o documento orientador de toda a atividade escolar, tendo em conta o meio onde se insere, os seus desafios e necessidades, pautando-se pelo princípio da melhoria contínua.

A EPCV-CELP-PM compromete-se com o desenvolvimento de projetos de excelência e inovação, a promoção de condições para a melhoria do sucesso escolar e educativo dos alunos, a criação de modalidades flexíveis de gestão do currículo e o desenvolvimento das aprendizagens essenciais.

Das orientações emanadas pelo Ministério da Educação, Ciência e Inovação de Portugal, nomeadamente, o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, as Aprendizagens Essenciais e as Orientações Curriculares para a Educação Pré-escolar, instrumentos estruturantes do desenvolvimento curricular e da ação pedagógica, resulta um conjunto de elementos fundamentais a considerar na definição do projeto a desenvolver ao longo dos próximos quatro anos letivos.

Os princípios, a visão e os valores consagrados no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória constituem a base orientadora de toda a ação educativa e deste plano estratégico.

Hoje, mais do que nunca, a escola deve preparar para o imprevisto, o novo, a complexidade e, sobretudo, desenvolver em cada indivíduo a vontade, a capacidade e o conhecimento que lhe permitirão aprender continuamente, ao longo da vida.

Os múltiplos desafios a enfrentar exigem o comprometimento de todos os agentes da comunidade educativa: docentes, não docentes, pais e encarregados de educação, alunos e entidades parceiras.

Conforme previsto no Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, na sua atual redação, o Projeto Educativo “(...) constitui um documento objetivo, conciso e rigoroso, tendo em vista a clarificação e comunicação da missão e das metas da escola, no quadro da sua autonomia pedagógica, curricular,

cultural, administrativa e patrimonial, assim como a sua apropriação individual e coletiva.”

A elaboração do Projeto Educativo é da competência do Conselho Pedagógico, tendo para o efeito sido constituída uma equipa de trabalho.

Sendo o lema do Projeto Educativo “O futuro faz-se aqui e agora!” o grande desafio, nestes próximos quatro anos, será o de envolver todos os agentes da comunidade educativa no cumprimento dos compromissos desta escola pública portuguesa em território estrangeiro.

2. Enquadramento

A Escola Portuguesa de Cabo Verde - Centro de Ensino e da Língua Portuguesa (EPCV-CELP) é uma escola pública portuguesa que surge no âmbito do Tratado de Amizade e Cooperação firmado entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde, assinado em Lisboa a 9 de junho de 2010.

O diploma legal que criou a EPCV-CELP, Decreto-Lei n.º 213/2015, de 29 de setembro, prevê a criação de Polos destinados à ampliação e descentralização da sua oferta de formação e educação, que dela fazem parte integrante. O Ministério da Educação de Cabo Verde manifestou através do despacho proferido em 8 de maio de 2023 o seu acordo quanto à abertura do Polo da EPCV-CELP, na cidade do Mindelo.

Assim, nos termos da Portaria n.º 297/2023, de 4 de outubro, foi criado o Polo do Mindelo da Escola Portuguesa de Cabo Verde - Centro de Ensino e da Língua Portuguesa (EPCV-CELP-PM). Este Polo abriu portas a 10 de outubro de 2023, com dois grupos de Educação Pré-escolar, 6 turmas de 1.º ciclo, 4 turmas de 2.º ciclo e 2 turmas de 3.º ciclo, existindo o objetivo de alargar a sua oferta até ao 12.º ano de escolaridade.

Nestes termos, durante o ano letivo de 2023-2024, primeiro ano de funcionamento deste Polo, a ação foi naturalmente guiada pelo Projeto Educativo vigente na sede da EPCV-CELP.

Em termos de plano de ação para o futuro, o rumo da EPCV-CELP-PM é traçado no presente documento e consubstanciado na Missão, na Visão, nos Valores e no Lema que a seguir se apresentarão.

Tratando-se a EPCV-CELP de uma única escola, o Projeto Educativo da EPCV-CELP-PM reflete as especificidades de um Polo (i) que funciona numa ilha diferente da Escola Sede, com as suas especificidades do ponto de vista sociodemográfico, cultural e económico, (ii) que entrou recentemente em funcionamento, o que gera a necessidade de um investimento maior neste período ao nível da estruturação e organização internas e (iii) cujas instalações são provisórias, com óbvios constrangimentos e desafios específicos dessa condição atual.

Para o período já iniciado em 2023/2024 e até 2026/2027 definem-se três eixos de ação estratégica:

1. Cultura, Identidade e Liderança;
2. Prática Pedagógica, Inovação e Compromisso com o Sucesso;
3. Qualidade do Serviço.

Para cada um dos eixos são delineados objetivos estratégicos, objetivos operacionais, ações a desenvolver e ainda as respetivas metas que se pretendem atingir. Para tal, serão definidos indicadores de avaliação.

Os eixos enunciados têm como objetivo a melhoria da qualidade do serviço educativo prestado pela instituição e orientam-se no sentido de cumprir os desígnios (i) da construção de uma cultura e de

uma identidade de escola e do sentido de pertença por parte de toda a comunidade educativa e (ii) de uma gestão eficiente dos recursos e de uma cultura focada nos resultados escolares e educativos. O envolvimento e comprometimento dos atores educativos permitirão alicerçar e consolidar vontades, estratégias, valores e relações de interdependência, que nos levarão a alcançar os objetivos desejados.

Para que este Projeto Educativo seja mais do que um mero enunciado de intenções, é imprescindível encontrar a unidade na multiplicidade e na diversidade, através da escuta atenta, da reflexão conjunta, da autoavaliação e sobretudo da articulação e da partilha de práticas.

3. Identidade e caracterização da EPCV-CELP-PM

Constitui um desafio grandioso desenvolver a identidade do Polo do Mindelo, no quadro da identidade da EPCV-CELP. Para tal é indispensável o conhecimento do meio em que a EPCV-CELP-PM se insere e o reconhecimento e a valorização das suas especificidades, necessidades, anseios e expectativas.

3.1. Caracterização do meio

São Vicente (em crioulo: Sanvicente ou Soncente) é a segunda ilha mais populosa de Cabo Verde, contando com cerca de 78137 pessoas residentes, o que representa 15,4% da população residente de Cabo Verde (fonte: INE CV, Folheto Dia do Município de São Vicente, Dados Estatísticos do Município, 22/01/2024).

A ilha de São Vicente está localizada no grupo do Barlavento e é considerada a ilha cultural. O canal de São Vicente separa-a da vizinha ilha de Santo Antão, e a cidade do Mindelo configura-se como o principal centro urbano da ilha.

Esta ilha tem uma superfície de 227 km². Mede 24 km de leste a oeste e 16 km de norte a sul, sendo a sétima maior ilha de Cabo Verde. De aspeto árido, tem na pesca, no turismo e na exploração do seu movimentado porto de mar – o Porto Grande – as suas principais fontes de receita. Embora seja de origem vulcânica, é relativamente plana, especialmente a área central, a zona leste do Calhau e a zona norte da Baía das Gatas. O seu ponto mais alto é o Monte Verde com 774 m de altitude. Outras elevações importantes são o Monte Cara, olhando o céu. Apesar da forte erosão, são ainda bem visíveis algumas crateras de vulcões como é o caso do vulcão Viana, no leste da ilha, e a própria baía do Porto Grande.

A área urbana do Mindelo localiza-se na zona noroeste. As praias de areia branca da Baía das Gatas, Calhau e São Pedro são muito frequentadas. A ilha está quase totalmente despida de vegetação. Devido à endémica falta de água, a ilha ficou, por muitos anos, relegada à humilde condição de simples campo de pastagem do gado de alguns proprietários da vizinha ilha de Santo Antão.

São Vicente foi a última das ilhas do arquipélago a ser povoada. Foi apenas em 1838, quando se estabeleceu um depósito de carvão para abastecimento dos navios em rota pelo Atlântico na baía do Porto Grande, que a população começou a fixar-se, fundando-se então a cidade do Mindelo. Com a expansão do vapor na segunda metade do século XIX, São Vicente teve um surto de desenvolvimento, com diversos depósitos de carvão ingleses em atividade e dezenas de navios a alcançarem o porto de Mindelo para se reabastecerem.

A ilha tornou-se escala obrigatória a meio do Atlântico para navios de todo o mundo, e marinheiros de muitas nacionalidades confraternizavam nas tabernas e cafés do Mindelo. Por essa altura, a cidade tornou-se um centro cultural importante e cosmopolita, onde a música, a literatura e o desporto eram cultivados. Chegou mesmo a aventar-se a hipótese de transferir a capital de Cabo Verde para o Mindelo.

O ciclo durou apenas algumas décadas, pois, com a substituição do carvão pelo diesel como combustível dos navios no início do século XX, o importante porto perdeu a sua preponderância, sendo substituído pelo porto das Canárias e pelo de Dakar. Mais tarde, a ilha ganhou novo fôlego como ponto de ligação transatlântica de cabos submarinos de telégrafo. Em 1874 foram amarrados os cabos submarinos da Western Telegraph Company (atual Cable & Wireless), ligando a Praia da Matiota, na ilha de São Vicente, à Madeira e depois ao Brasil. Em 1886, Cabo Verde ficou também ligado a África e à Europa através do cabo submarino.

Fosse através da abertura de escolas privadas que colmataram as falhas do sistema oficial de ensino – nomeadamente do ensino de Música, do ensino a raparigas, do Pré-escolar e do Ensino Secundário – fosse através da criação de bibliotecas, ou da escrita de artigos em jornais e revistas, a verdade é que, praticamente desde a criação desta cidade, em meados do século XIX, os seus habitantes sempre defenderam a instrução como o caminho para o desenvolvimento pessoal e coletivo. Loff de Vasconcelos, no livro *A Perdição da Pátria*, publicado em 1900, escreveu:

Alargue-se, pois, o número de Escolas de um e outro sexo; torne-se obrigatório o ensino; reforme-se o seu programa; crie-se um liceu; subsidie-se mais largamente o seminário; abram-se cursos especiais, aulas noturnas para o povo (...) queremos mais, que se ensine a este povo os direitos e deveres dos cidadãos livres (...).

O Liceu veio a ser criado 17 anos mais tarde, e a forma como os mindelenses se organizaram em defesa do “seu” Liceu, quando o Governo Português, em 1937, decidiu encerrá-lo, foi tão assertiva e determinada que, apenas 12 dias depois, numa rapidez de despacho nunca antes vista, a decisão foi revertida e o Liceu reaberto. “Farol do futuro”, assim lhe chamavam os mindelenses na época, como refere Teixeira de Sousa no seu romance *Capitão de Mar e Terra*.

Olhando para trás, percebemos que estavam cheios de razão, tal como antes estiveram os que defenderam e apoiaram a criação do Seminário-Liceu de S. Nicolau e de todas as outras escolas públicas e privadas que, ao longo dos anos, contribuíram para a criação de uma elite cultural cabo-verdiana capaz de lutar pelos interesses da sua pátria, pela sua independência e pela construção do seu país. De facto, antes da abertura do ensino superior em Cabo Verde, a maior parte dos jovens que tinha possibilidade de seguir estudos universitários fazia-o em Portugal e com grande sucesso.

Em 2016 é criada a Escola Portuguesa do Mindelo por iniciativa de um grupo de cidadãos residentes no Mindelo como resposta a novas necessidades educativas, à valorização da Língua Portuguesa, ao crescimento e mobilidade da comunidade portuguesa que necessitava de uma escola que facilitasse, do ponto de vista curricular, a mobilidade geográfica dos alunos e, finalmente, à necessidade de uma escola que desse resposta à crescente procura de um Projeto Educativo mais abrangente e exigente.

Em 2023, dá-se a passagem da Escola Portuguesa do Mindelo para o então Ministério da Educação de Portugal com a criação da EPCV-CELP-PM, projeto há muito desejado pelos cidadãos desta cidade, que sempre consideraram a educação como condição de progresso e sempre lutaram pela instalação e criação de mais e melhores escolas. Mindelo, mais do que qualquer outra cidade do arquipélago, deu provas da importância que atribui a um ensino de qualidade para o progresso das suas gentes e da sua ilha.

Feito este enquadramento histórico, e ainda no âmbito da caracterização do meio em que se enquadra a EPCV-CELP-PM, importa termos presente alguns dados de natureza estatística em áreas indissociáveis da ação de um estabelecimento de ensino, especialmente importantes em fases de implantação de uma nova escola e de desenvolvimento ou renovação do seu Projeto Educativo.

Começemos por alguns dados mais genéricos de caracterização da população da ilha de São Vicente. No início deste ponto referimo-nos já ao facto de a população residente na ilha de São Vicente representar 15,4% da população residente em Cabo Verde.

Usando a mesma fonte desses dados, apresentamos de seguida um gráfico que ilustra a evolução da população do município de São Vicente entre 1970 e 2022.

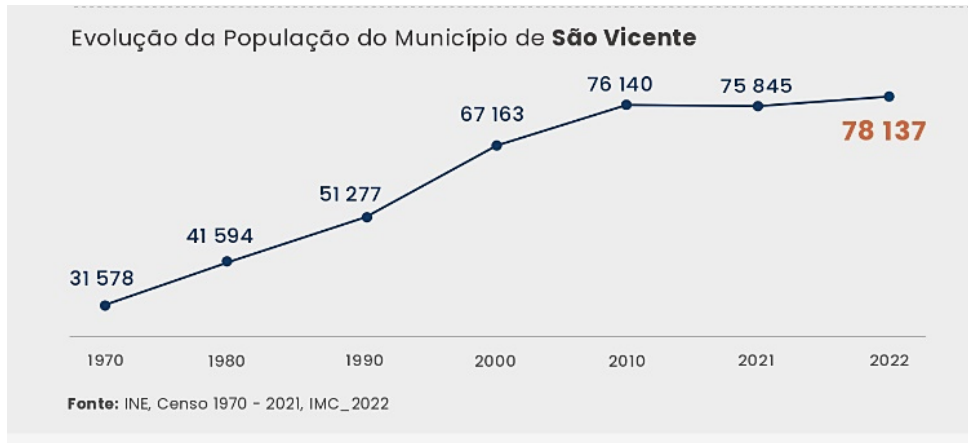


Figura 1. Evolução da População do Município de São Vicente (Fonte INE, 2022)

As imagens seguintes ilustram a distribuição da população por grupo etário, a taxa de alfabetização e o nível de instrução da população.

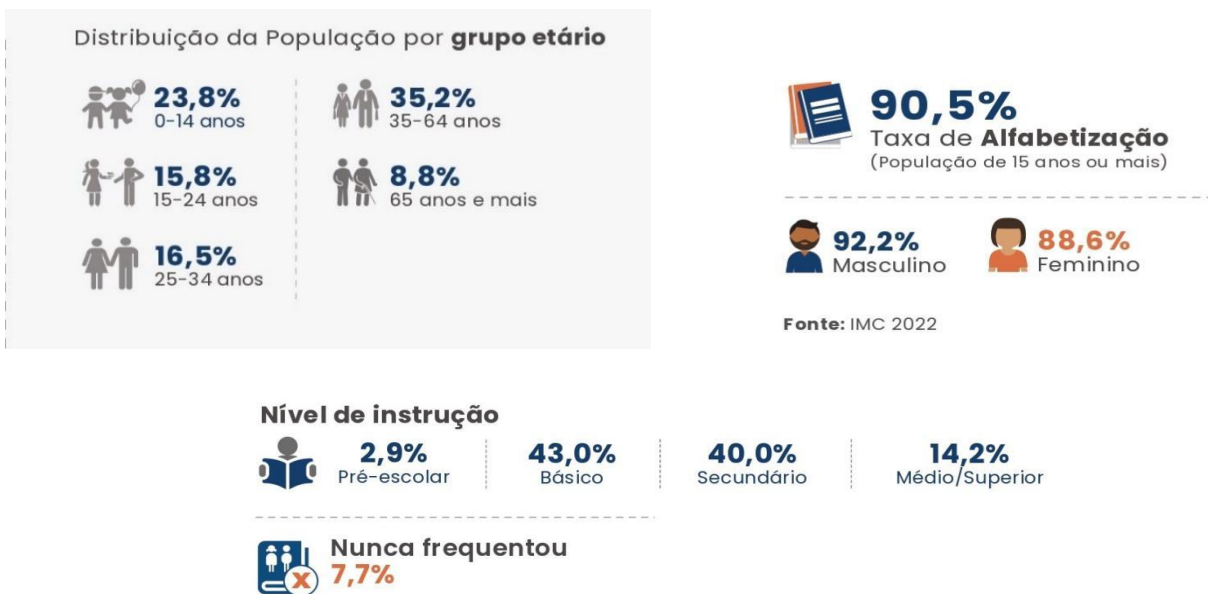


Figura 2. Dados estatísticos (fonte: INE, 2022)

As Estatísticas do Mercado de Trabalho (fonte: INE, IMC 2023, folha síntese de 14/05/2024)

apresentam uma taxa de desemprego que se situa nos 10,3%, disponibilizando também um conjunto de outros indicadores mais detalhados, dos quais destacamos a taxa de 19,6% de desemprego jovem, respeitante à população entre os 15 e os 24 anos.

No que respeita ao acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), observa-se que 82,4% da população dispõe de internet no alojamento, sendo que apenas 35,1% dispõem de computador.

Realça-se também que São Vicente é um dos três municípios que apresentam valores, em todas as dimensões do índice de coesão territorial, acima dos valores da média nacional de Cabo Verde (Fonte: INE-CV (2023). Índice de Coesão Territorial. Principais resultados e metodologia de cálculo).

3.2. Caracterização da EPCV-CELP-PM

A difusão da Língua e da Cultura Portuguesa pelo mundo e o aprofundamento das relações com os Estados com os quais Portugal partilha a mesma língua têm constituído uma forte aposta da política externa portuguesa.

Em resultado do Protocolo de Cooperação assinado entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República de Cabo Verde, na cidade do Mindelo, em 2 de dezembro de 2012, através do Decreto-Lei n.º 213/2015, de 29 de setembro, foi criada a Escola Portuguesa de Cabo Verde - Centro de Ensino e da Língua Portuguesa (EPCV- CELP).

Através do Despacho n.º 41/2016, de 24 de agosto, publicado no Boletim Oficial n.º 43, II série, o Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades autorizou, a partir do ano letivo de 2016/2017, a abertura e o funcionamento, em território de Cabo Verde, da Escola Portuguesa de Cabo Verde - Centro de Ensino e da Língua Portuguesa, reconhecendo-lhe, para efeitos legais, a natureza de entidade de ensino.

Como já foi referido anteriormente, na sequência do previsto pelo diploma legal que criou a EPCV-CELP, a Portaria n.º 297/2023, de 4 de outubro, criou o Polo do Mindelo da EPCV-CELP (EPCV-CELP-PM).

No ano letivo 2023/2024 estiveram matriculados 248 alunos distribuídos por 2 grupos da Educação Pré-escolar, 1 turma de 1.º ano, 1 turma de 2.º ano, 2 turmas de 3.º ano, 2 turmas de 4.º ano (o 1.º ciclo totaliza 6 turmas), 2 turmas de 5.º ano, 2 turmas do 6.º ano, 1 turma do 7.º ano e 1 turma de 8.º ano (os 2.º e 3.º ciclos totalizam 6 turmas).

A EPCV-CELP-PM situa-se no Alto Morabeza, funcionando atualmente em instalações alugadas à Companhia de Seguros Ímpar, onde antes funcionava a Escola Portuguesa do Mindelo e outrora funcionavam as confeções Porto Grande.

O Polo tem vindo a ser apetrechado com materiais e equipamentos didáticos e com o necessário equipamento informático.

A construção de raiz das novas instalações do Polo Escolar poderá seguramente potenciar o crescimento do número de turmas e alunos na EPCV-CELP-PM.

A afetação de recursos humanos à EPCV-CELP-PM foi feita com base no destacamento de pessoal docente ao abrigo do artigo 68.º do Estatuto da Carreira Docente, contratação local de pessoal docente ao abrigo do Decreto-Lei n.º 213/2015, de 29 de setembro e Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, na atual redação, e contratação local de pessoal não docente também ao abrigo do

Decreto-Lei n.º 213/2015, de 29 de setembro.

Entretanto foi publicado o Decreto-Lei n.º 139-B/2023, de 29 de dezembro, que veio regular os concursos destinados à seleção e recrutamento do pessoal docente da Educação Pré-escolar e dos Ensinos Básico e Secundário das Escolas Portuguesas no Estrangeiro da Rede Pública do Ministério da Educação e dos respetivos polos (EPERP).

3.3. Estrutura Organizacional da EPCV-CELP-PM

A organização e funcionamento deste Polo obedece à estrutura organizacional que se apresenta de seguida:

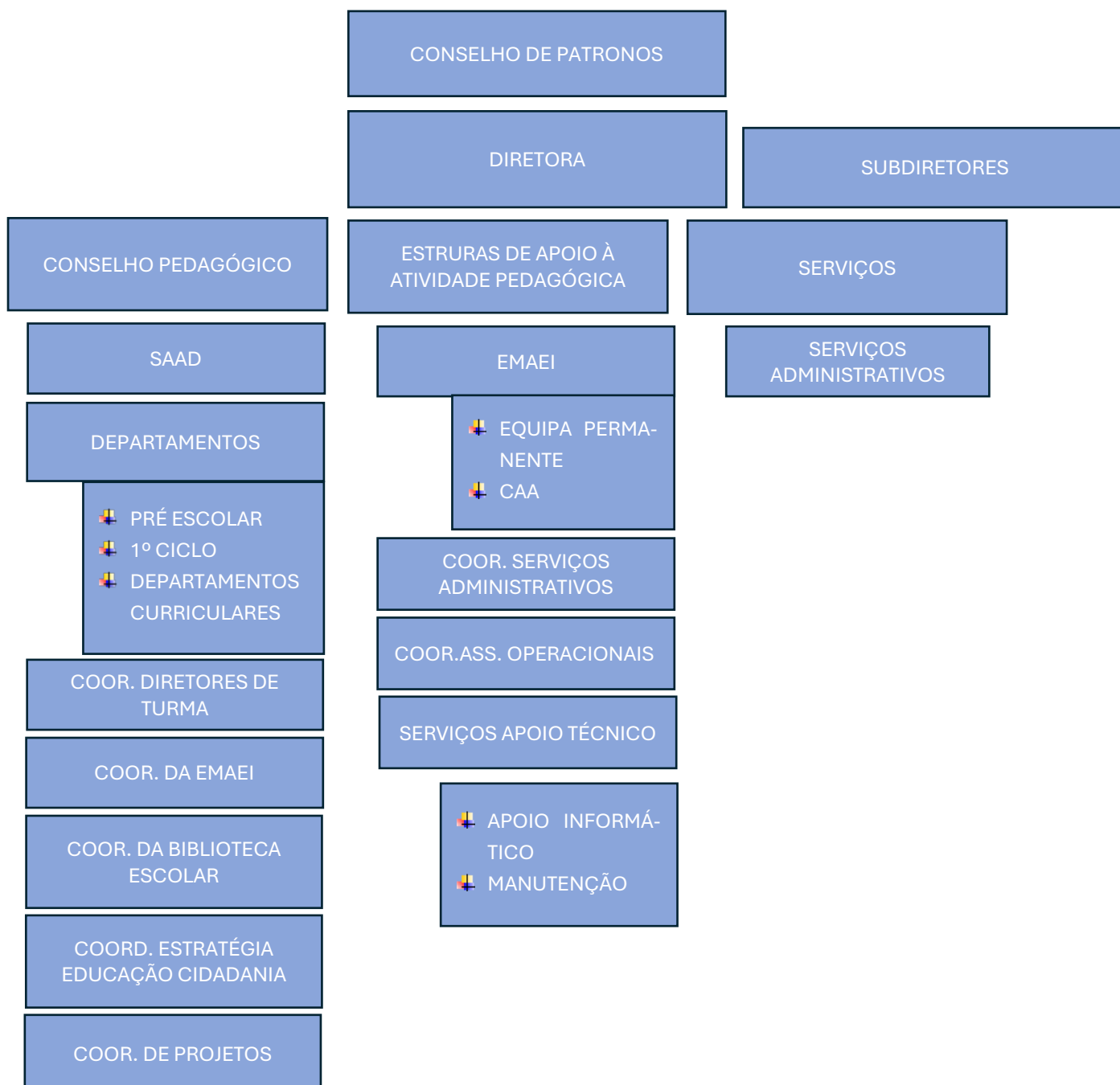


Figura 2. Organograma da EPCV - CELP

O Conselho de Patronos e a diretora exercem as suas competências relativamente a toda a EPCV-CELP, Sede e Polo.

Tal como acontece na Escola Sede, no Polo do Mindelo a Direção integra dois subdiretores.

O organograma atrás apresentado identifica os órgãos e estruturas existentes na EPCV-CELP-PM, bem como as unidades, serviços ou estruturas educativas que os integram.

3.4. Oferta educativa

O sistema educativo português está estruturado em diferentes níveis de educação e ensino.

A educação de nível não superior tem início na Educação Pré-escolar, com um ciclo de frequência opcional dos 3 aos 5 anos de idade. Continua com o Ensino Básico, que compreende três ciclos sequenciais:

- O 1.º ciclo, com uma duração de 4 anos (idade esperada de frequência, dos 6 aos 9 anos de idade);
- O 2.º ciclo, de 2 anos (idade esperada de frequência, dos 10 aos 11 anos de idade);
- O 3.º ciclo, com uma duração de 3 anos (idade esperada de frequência, dos 12 aos 14 anos de idade).

Constituem ofertas educativas do Ensino Básico:

- Ensino Básico Geral;
- Cursos Artísticos Especializados (Curso Básico de Música, Curso Básico de Dança, Curso Básico de Canto Gregoriano e Curso Básico de Teatro).

Segue-se o Ensino Secundário, que corresponde a um ciclo de 3 anos (idade esperada de frequência, dos 15 aos 17 anos de idade).

Ao nível do Ensino Secundário existem as seguintes modalidades:

- Cursos Científico-Humanísticos (CCH);
- Cursos Profissionais (CP);
- Cursos Artísticos Especializados (CAE);
- Cursos com Planos Próprios (CPP).

Conforme previsto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, “centrando-se nas áreas de competências consignadas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, a escola, no contexto da sua comunidade educativa, estabelece prioridades no desenvolvimento do planeamento curricular, tomando opções que visam: a) A valorização das artes, das ciências, do desporto, das humanidades, das tecnologias de informação e comunicação, e do trabalho prático e experimental, bem como a integração das componentes de natureza regional e da comunidade local; b) A aquisição e desenvolvimento de competências de pesquisa, avaliação, reflexão, mobilização crítica e autónoma de informação, com vista à resolução de problemas e ao reforço da autoestima dos alunos; c) A promoção de experiências de comunicação e expressão em Língua Portuguesa e em línguas estrangeiras, nas modalidades oral, escrita, visual e multimodal; d) O exercício da cidadania ativa, de participação social, em contextos de partilha e de colaboração e de confronto de ideias sobre matérias de atualidade; e) A implementação do trabalho de projetos como dinâmica centrada no papel dos alunos enquanto autores, proporcionando aprendizagens significativas.”

A EPCV-CELP-PM pretende dar resposta às necessidades de formação dos alunos desde a Educação Pré-escolar ao Ensino Secundário e assume-se como escola inclusiva e respeitadora da diferença. Uma realidade tão abrangente implica uma grande diversidade de ofertas e de estratégias, consubstanciadas nos Planos de Estudos da EPCV-CELP-PM, consultáveis no Anexo 1.

3.5. Educação Inclusiva

O compromisso com a construção de uma escola inclusiva é um desafio para o qual toda a comunidade escolar está convocada.

O Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, propõe uma mudança de paradigma na abordagem das necessidades dos alunos na escolaridade obrigatória numa escola que se deseja inclusiva, para todos e para cada um.

São objetivos centrais da EPCV-CELP-PM promover a equidade e o sucesso escolar e garantir a todos os alunos, nas diferentes ofertas de educação e formação, o acesso a uma cultura científica e artística de base humanista, como está definida no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

A EPCV-CELP-PM dispõe dos seguintes recursos organizacionais específicos de apoio à aprendizagem e à inclusão:

- Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI);
- Equipa de docentes de apoio educativo;
- Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA).

A EPCV-CELP-PM colaborará, ainda, de forma permanente, na promoção do sucesso educativo e da inclusão, com toda a comunidade escolar, procurará a promoção de melhores aprendizagens e o desenvolvimento de competências que assentam na flexibilidade curricular.

3.6. Corpo docente e não docente

A EPCV-CELP-PM tem presentemente 22 professores e educadoras no seu corpo docente, dos quais 9 são do quadro de nomeação definitiva, a exercer funções em mobilidade estatutária, 9 são professores contratados com habilitação profissional e 4 contratados com habilitação adequada. Assim, os professores de nomeação definitiva correspondem a 41%.

No que respeita ao pessoal não docente a EPCV-CELP-PM tem presentemente 13 funcionários, dos quais 11 são assistentes operacionais e 2 são assistentes técnicos. Todo o pessoal não docente é contratado.

A tabela seguinte caracteriza o pessoal docente e o não docente no que respeita às respetivas habilitações académicas e profissionais. Relativamente ao pessoal docente, e comparando os docentes de quadro de nomeação definitiva a exercer funções no Polo do Mindelo em regime de mobilidade estatutária com os professores contratados profissionalizados, verifica-se que estas duas categorias (que têm o mesmo peso proporcional no conjunto da classe docente) apresentam exatamente a mesma distribuição entre docentes titulares de licenciatura e os que são titulares de mestrado. Quanto aos que foram contratados com habilitação adequada (no total de 4), todos são titulares de licenciatura. Relativamente ao pessoal não docente, os dois assistentes técnicos possuem o 12º ano de escolaridade, enquanto entre os assistentes operacionais (no total de 11), a maioria (7) possui habilitações inferiores ao 12º ano e os restantes (4) possuem o 12º ano de escolaridade.

HABILITAÇÕES ACADÉMICAS - Pessoal docente e não docente									
		Doutoramento	Mestrado	Licenciatura	Bacharelato	12º Ano	Curso Profissional	<12º Ano	TOTAL
DOCENTES	Docentes de quadro de nomeação definitiva, a exercer funções em mobilidade estatutária		4	5					9
	Professores contratados com habilitação profissional		4	5					9
	Professores contratados com habilitação adequada			4					4
NÃO DOCENTES	Assistentes Técnicos					2			2
	Assistentes Operacionais					4		7	11
TOTAL		0	8	14	0	6	0	7	35

Tabela 1. Habilitações Académicas - Pessoal Docente e Não Docente do ano letivo 2023-24

3.7. Formação do pessoal docente e não docente

A EPCV-CELP tem uma parceria com o Centro de Formação de Associação de Escolas (CFAE) Maria Borges de Medeiros. Nesse âmbito foi proporcionada ao pessoal docente deste polo, no presente ano letivo, a participação nas seguintes ações de formação:

- Cidadania e Desenvolvimento, Planeamento e Implementação (25h);
- Inteligência Artificial e Ética: desafios e oportunidades (25h);
- Cidadania Global para Crianças (6h).

No que diz respeito ao pessoal não docente, no decurso deste primeiro ano de funcionamento não foi ainda proporcionada formação.

3.8. Espaços Físicos

A EPCV-CELP-PM situa-se no Alto Morabeza, na cidade da Mindelo - Ilha de São Vicente.

Prevê-se o funcionamento da EPCV-CELP-PM em instalações alugadas à Companhia de Seguros Ímpar, durante um período de dois anos, em dois edifícios pertencentes ao complexo situado no Alto Morabeza. O complexo divide-se em 3 zonas distintas, incluindo u edifício de 2 pisos, um pátio exterior central e um edifício com 1 piso.

Ao nível da distribuição dos espaços e funcionalidades, no rés-do-chão do edifício frontal estão instalados os seguintes serviços: receção, secretaria, 1 gabinete para o subdiretor, 2 salas para Educação Pré-escolar, 1 sala de diretores de turma, 1 espaço multiusos, 1 sala de arrumação, 1 sala para arrumação dos equipamentos de Educação Física, 1 sala para o coordenador da área de logística e manutenção e 1 sala de Música.

No 1.º piso do edifício frontal estão instalados 1 gabinete para a diretora, 1 gabinete para a subdiretora, 3 salas de aula para o 1.º ciclo, 1 sala afeta ao Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA), instalações sanitárias e 1 copa.

No edifício posterior, com apenas 1 piso, estão instaladas 3 salas de aula para o 1.º ciclo, 2 salas de aula para o 5.º ano, 2 salas de aula para o 6.º ano, 1 para o 7.º ano e 1 para o 8.º ano, 1 sala específica

para Educação Tecnológica e Educação Visual, 1 sala de professores, 1 sala atribuída ao Centro de Recursos Educativos (com equipamentos para a lecionação de Tecnologias de Informação e Comunicação), instalações sanitárias, 1 sala de arrumação de materiais administrativos, 2 salas recentemente construídas tendo em vista o ano letivo de 2024/2025, 1 sala afeta ao Espaço de Reflexão e Acompanhamento (ERA), 1 arrecadação, 1 armazém, 1 sala de arrumação dos equipamentos da disciplina de Educação Física e 1 sala afeta à Biblioteca Escolar.

A escola está apetrechada com materiais e equipamentos didáticos e com o necessário equipamento informático.

3.9. Projetos e Atividades

Para que a EPCV-CELP-PM consiga levar a cabo o seu Projeto Educativo, os seus projetos e atividades mostram-se fundamentais para o alargamento da oferta educativa e para a promoção de momentos de aprendizagem em contextos diversos (para além da sala de aula e do desenvolvimento formal do currículo).

Para além disso, assumem um papel relevante na construção de um clima escolar favorável ao processo de aprendizagem e de formação do aluno.

O Plano Anual de Atividades é o instrumento que operacionaliza os objetivos e metas definidos no Projeto Educativo. Neste documento, estão incluídos os projetos transversais e todas as atividades a realizar ao longo do ano letivo (valorização da formação integral do aluno: áreas artísticas, desportivas, projetos ligados à Língua Portuguesa, Biblioteca Escolar, entre outros).

A oferta de Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) da EPCV-CELP-PM pretende estimular e familiarizar professores e alunos com cenários de aprendizagem inovadores, promover o espírito empreendedor e a formação integral das crianças e jovens de Cabo Verde. A participação de professores e alunos da EPCV-CELP-PM em projetos e concursos de âmbito local, nacional e internacional, é uma prática que se pretende consolidada pela escola.

3.10. Envolvimento em iniciativas locais e reconhecimento local

A EPCV-CELP-PM, sendo uma extensão da EPCV-CELP, instituição de ensino público, tem como missão cumprir os princípios gerais plasmados na Lei de Bases do Sistema Educativo, dando resposta às necessidades resultantes da realidade social, contribuindo para o desenvolvimento pleno e harmonioso dos alunos, promovendo a formação de cidadãos livres, responsáveis, autónomos e solidários, e valorizando a dimensão humana do trabalho. Proporciona ferramentas diversificadas que possibilitam a exploração das suas capacidades intelectuais, físicas e artísticas, formando cidadãos capazes de analisar com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram e de se empenhar na sua transformação progressiva.

Neste seu primeiro ano de atividade, a EPCV-CELP-PM está a promover a sua integração na sociedade mindelense, participando em iniciativas locais e conquistando a confiança e o reconhecimento.

Devido à globalização e, conseqüentemente, à democratização do ensino, Cabo Verde tem vindo a deparar-se com uma nova realidade dentro das suas escolas, com um cenário de variedade cultural em que encontramos uma diversidade humana (alunos, professores, pessoal administrativo, funcionários e demais pessoas), cada um com os seus hábitos, costumes e crenças diferentes. As escolas do país são cada vez mais desafiadas a enfrentar os problemas decorrentes das diferenças e

da pluralidade cultural. Portanto, o desafio que se coloca à EPCV-CELP-PM, face a esta diversidade, consiste sobretudo em adotar estratégias e medidas no sentido de respeitar, valorizar e aceitar a diferença de cada um. Esta nova realidade exige que o currículo e o seu processo de desenvolvimento sofram alterações para que possam adaptar-se às necessidades da realidade multicultural. No contexto cabo-verdiano, uma vez que a educação pressupõe a igualdade de oportunidades para todos os alunos que a frequentam, existe a necessidade de valorizar, respeitar e aceitar as diversas culturas dos seus alunos. Ressalta-se, ainda, a grande satisfação dos alunos e dos professores em trabalhar com culturas diferentes para um melhor ensino-aprendizagem dentro do contexto escolar.

3.11. Relação escola - família

A fim de garantir o bem-estar e o equilíbrio dos alunos, torna-se necessário que a escola procure envolver as famílias no processo educativo dos seus educandos, potenciando a proximidade entre a escola e as famílias. O contacto permanente entre a escola e os encarregados de educação possibilita o desenvolvimento de uma relação harmoniosa entre ambos. Estão previstas as seguintes reuniões com os encarregados de educação:

- Início do ano letivo - uma reunião geral para informações de funcionamento e organização do ano letivo;
- No início dos 2.º e 3.º períodos e no final do ano - uma reunião com os encarregados de educação para análise dos resultados escolares dos alunos e assinatura das respetivas fichas informativas.

É de realçar que, a qualquer altura do ano, tanto encarregados de educação como professores poderão solicitar, sempre que necessário, um atendimento individual aos diretores de turma/professores titulares. Estas reuniões individuais constituirão oportunidades para encarregados de educação e professores refletirem sobre o processo de aprendizagem dos alunos, bem como para delinear novas estratégias de intervenção.

Os pais e encarregados de educação têm elevadas expectativas em relação à escola. A criação da Comissão de Pais/Associação de Pais e encarregados de educação poderá assumir o papel de parceira que apoia e intervém na vida da EPCV-CELP-PM.

4. Diagnose

4.1. Diagnóstico Estratégico

Considerando que decorre o 1.º ano de funcionamento do Polo do Mindelo da EPCV-CELP, que funcionou ao abrigo do Projeto Educativo da Sede da EPCV-CELP, ainda não existe uma reflexão interna e externa estruturada e documentalmente suportada que permita a realização de um diagnóstico estratégico consolidado.

De qualquer modo, considera-se indispensável neste âmbito que se efetue um diagnóstico estratégico suportado em elementos factuais, em dinâmicas observadas e também numa primeira auscultação interna já efetuada junto do pessoal docente.

A perceção das dinâmicas internas e externas da EPCV-CELP-PM recorreu à análise SWOT, ferramenta de gestão que ajuda a efetuar uma reflexão sobre os pontos fortes/forças (*strengths*) e pontos fracos/fraquezas (*weaknesses*) da organização e as oportunidades (*opportunities*) e ameaças (*threats*)

externas.

Na tabela seguinte, identificam-se os principais fatores destas quatro dimensões de diagnóstico e de análise prospetiva, transversais ao Polo do Mindelo da EPCV-CELP, salientando que alguns dos pontos fracos decorrem de situações transitórias relativas à criação do Polo. As dimensões apresentadas enquadram-se no horizonte temporal definido para o planeamento estratégico, neste caso, do Projeto Educativo para o período de 2023/2024 a 2026/2027.

Neste primeiro ano de existência, a análise e realização de balanços e relatórios nos diferentes órgãos da EPCV-CELP-PM, Grupos Disciplinares, Departamentos Curriculares, Conselhos de Turma, Conselhos de Diretores de Turma, Conselhos de Docentes, Conselho Pedagógico e EMAEI, permitiram identificar áreas de melhoria em que é necessário intervir.

A recolha de dados e informação passará pelo recurso a métodos diversos de análise estatística.

Deste processo e das suas conclusões será dado feedback à comunidade educativa, de acordo com o plano de comunicação da escola, sempre com o objetivo de promover a melhoria dos processos educativos e aumentar a eficácia dos mesmos.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Qualidade dos planos curriculares. ▪ Investimento na melhoria dos equipamentos tecnológicos e das tecnologias educativas. ▪ Forte aposta da EPCV-CELP-PM num Plano Anual de Atividades dinâmico, com o envolvimento de toda a comunidade educativa. ▪ Qualidade das atividades e dos projetos desenvolvidos, promotores da formação integral dos alunos, e da consolidação da identidade da EPCV-CELP. ▪ Ambiente de convivência favorável à aprendizagem e ao desenvolvimento pessoal e social dos alunos, a par da diversificação de iniciativas destinadas a estimular e a valorizar os seus sucessos, com impacto na motivação e no incentivo à melhoria dos seus desempenhos. ▪ Intensificação de práticas de monitorização das diversas medidas de promoção do sucesso escolar implementadas, com vista à melhoria dos resultados. ▪ Capacidade mobilizadora que tem fomentado o sentido de pertença e um clima pautado pela excelência do relacionamento interpessoal e a abertura à inovação no desenvolvimento de projetos que criam impacto na imagem institucional e proporcionam experiências estimulantes de aprendizagem. ▪ Percentagens de transição superiores ou iguais às verificadas em território nacional. ▪ Elevado nível de satisfação dos elementos da comunidade educativa em relação à escola e ao serviço prestado. ▪ Satisfação da maioria do pessoal docente com o clima geral de escola. ▪ Liderança persistente e promotora da cooperação e partilha de responsabilidades. ▪ Abandono escolar nulo. ▪ Articulação entre a EMAEI e as estruturas educativas e a comunidade educativa. ▪ Organização e funcionamento dos serviços administrativos. ▪ Disponibilidade permanente dos docentes, nomeadamente dos diretores de turma / professores titulares, para acompanhamento dos alunos. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Funcionamento da EPCV-CELP-PM em instalações provisórias. ▪ Insuficiência de espaços de recreio para os alunos. ▪ Inexistência de laboratório que permita o pleno desenvolvimento das ciências experimentais. ▪ A insuficiência de espaços para trabalho individual dos docentes e para atendimento a encarregados de educação. ▪ Controlo das entradas e saídas na EPCV-CELP-PM. ▪ A insuficiência de espaços para trabalho individual e para atendimento a encarregados de educação. ▪ Fraco reconhecimento dos encarregados de educação pelo trabalho desenvolvido pelo pessoal não docente. ▪ Número significativo de funcionários não docentes considera que os alunos não reconhecem a sua autoridade. ▪ Oferta diminuta, para o pessoal docente, de ações de formação contínua. ▪ Ausência de oferta, para o pessoal não docente, de ações de formação contínua. ▪ Insuficiente promoção de atividades por parte da Biblioteca Escolar.

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> ▪ A Visão e orientação estratégica da EPCV-CELP, com lideranças atentas e partilhadas. ▪ Valorização e corresponsabilização dos atores educativos. ▪ Aumento progressivo das expectativas dos alunos e das famílias. ▪ Desenvolvimento de projetos que envolvam a comunidade educativa e a comunidade local. ▪ Ampliação e reforço de parcerias estratégicas. ▪ Reconhecimento da EPCV-CELP como escola de referência. ▪ Reconhecimento, por parte dos alunos, da qualidade e dedicação dos seus professores. ▪ Promoção da formação de adultos a nível da proficiência da língua portuguesa. ▪ Valorização da formação contínua de toda a equipa educativa. ▪ Criação de cursos profissionais. ▪ Promoção de atividades de orientação escolar e vocacional. ▪ Manutenção das coadjuvações, privilegiando-as como uma estratégia potenciadora do sucesso escolar e/ou no combate à indisciplina. ▪ Elevada procura para matrícula de alunos na EPCV-CELP-PM, por parte dos encarregados de educação. ▪ Perspetiva de crescimento da população da Ilha de São Vicente. ▪ Entrada em funcionamento do Centro de Formação da EPCV-CELP. ▪ Criação de um espaço adequado e dedicado à Biblioteca Escolar. ▪ Aprovação de um plano de dinamização da Biblioteca Escolar. ▪ Abertura à inovação no desenvolvimento de projetos que criem impacto na imagem institucional e proporcionem experiências estimulantes de aprendizagem. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Falta de capacidade de resposta da EPCV-CELP face ao elevado número de alunos que pretendem frequentar a Escola. ▪ Atraso na publicação da portaria de extensão de encargos que autorize a verba necessária à construção das novas instalações da EPCV-CELP-PM. ▪ Número insuficiente de professores que permita a construção de horários que melhor compatibilizem as exigências letivas com as exigências de articulação ao nível do planeamento curricular. ▪ Insuficiente apropriação do Regulamento Interno por parte dos encarregados de educação. ▪ Criação de um quadro de escola: 1) com condições pouco apelativas para os docentes; 2) com extinção do QA/QE ou QZP em PT; que limita as atuais formas de recrutamento, impedindo a seleção de docentes com perfil adequado às exigências de uma EPE. ▪ Dificuldade na colocação de docentes.

Tabela2. Análise SWOT EPCV-CELP-PM 2023/24

4.2. Sucesso Educativo e Abandono Escolar

A taxa de sucesso interno dos diferentes níveis de ensino e a sua evolução serão concertadas ao longo dos próximos anos letivos. Os resultados externos permitirão aferir o sucesso e as fragilidades na prossecução das metas do Projeto Educativo. As evidências apresentadas, com a respetiva diagnose realizada, fundamentarão a definição, no próximo quadriénio, das estratégias e intervenções a serem adotadas, visando a sua plena operacionalização..

Relativamente ao item do abandono escolar, a EPCV-CELP-PM define a meta de 0%. Para alcançar este objetivo, são implementadas práticas concertadas de acompanhamento e proximidade aos alunos em possível situação de risco, realizadas pelos organismos internos da EPCV-CELP-PM através dos professores, diretores de turma, Conselhos de Turma e da Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva.

Ao nível de resultados escolares, atendendo ao seu contexto e valor, espera-se que a EPCV-CELP-PM procure, com sucesso, acompanhar ou, em alguns casos, ultrapassar as referências de Portugal.

Aliando as dimensões académicas e sociais, a EPCV-CELP-PM procura atender à heterogeneidade dos

alunos e instituir dinâmicas de modo que todos possam ter acesso ao sucesso educativo e, por essa via, combater o abandono e o insucesso escolar.

5. Plano Estratégico de Ação

5.1. Missão, Visão e Valores da EPCV-CELP-PM

É inegável que qualquer instituição de ensino procura a qualidade, através da melhoria dos resultados académicos e dos valores de cidadania. Assumindo-se como um Polo de cooperação e de difusão da Língua e da Cultura Portuguesas, a EPCV-CELP-PM enquadra-se nesta procura, tendo sempre presentes os princípios de equidade, justiça, eficácia e eficiência.

Nesse sentido, pretende-se que a Missão, a Visão e os Valores da EPCV-CELP-PM consubstanciem os princípios atrás referidos, para que a educação e formação de futuros cidadãos ativos e responsáveis sejam uma realidade.

Missão

Promover a difusão da Língua e Cultura Portuguesa, estabelecendo laços linguísticos e culturais entre Portugal e Cabo Verde, bem como proporcionar a formação e a promoção socioeducativa da comunidade e dos recursos humanos docentes e não docentes.

Educar/Formar pessoas e cidadãos cada vez mais dotados de melhores qualidades, de forma a construir uma sociedade futura mais harmoniosa, justa e democrática.

Prestar à comunidade um serviço educativo de excelência, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e conscientes dos seus deveres e direitos, capazes de atuar como agentes de mudança através do exercício de uma cidadania ativa, num ambiente participativo, aberto e integrador.

Promover uma escola reconhecida pelo seu humanismo e por elevados padrões de exigência e responsabilidade, que valoriza o conhecimento através de saberes facilitadores da sua inserção na sociedade de maneira ativa, visando a competitividade do país e o bem-estar coletivo.

Visão

Ser uma referência na divulgação da Língua e Cultura Portuguesa e na implementação do sistema de ensino português em Cabo Verde.

Ser uma escola de referência a nível local e nacional, não só pelo sucesso escolar e profissional dos seus alunos, mas também pela qualidade do seu clima interno, pela proximidade com a comunidade envolvente e pelo elevado grau de satisfação das famílias.

Ser uma escola de qualidade onde o aluno aprende a ser, a conviver, a comunicar, a trabalhar e a valorizar a diversidade cultural e étnica.

Ser uma escola onde se estimula a autonomia, a criatividade, a aquisição de estratégias inovadoras para explorar, descobrir e resolver problemas, integrando equipas de trabalho. Onde o saber ser, o saber estar e o saber fazer sejam a regra e não a exceção.

Ser uma escola onde os valores éticos, morais, humanos e ambientais constituem o eixo transversal das aprendizagens.

Valores

- **Rigor** - executar as ações conducentes à concretização da Missão com exigência e de forma criteriosa, cumprindo procedimentos legais e padrões éticos;
- **Integridade** - desenvolver atitudes de transparência e de coerência, garantindo o respeito pelos direitos dos intervenientes no processo educativo;
- **Profissionalismo** - agir com eficácia e eficiência, atualizando permanentemente os saberes e as práticas, tentando alcançar a excelência;
- **Empreendedorismo** - incentivar a criação de oportunidades de desenvolvimento com vista à melhoria contínua sustentada numa cultura de criatividade e inovação;
- **Cooperação** - promover a solidariedade e a responsabilidade social numa cultura de parceria, partilha e entreaajuda com todos os agentes da comunidade;
- **Responsabilidade** - a liberdade individual exige responsabilidade para que cada um possa desenvolver o seu projeto e as suas capacidades;
- **Empenho** - o gosto de aprender é o fator crucial numa aprendizagem em continuidade como fator de autorrealização e valorização individual;
- **Humanismo** - a formação integral deve incorporar as vertentes cognitiva, cultural, ambiental, ética e moral;
- **Justiça** - A equidade é a garantia de igualdade de oportunidades.

Lema

“O futuro faz-se aqui e agora!”

5.2. Princípios orientadores

O núcleo central do Projeto Educativo inclui a missão, a visão para a escola e o plano de ação. A primeira resulta do enquadramento dado pela constituição da República Portuguesa, pela Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), pelo regime jurídico da educação inclusiva e também pelo Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória e pela Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania.

A segunda pretende refletir os contributos dos vários atores organizacionais e parceiros acerca daquilo que pretendem que a escola seja num horizonte temporal alargado.

Alinhadas com a missão e a visão, surgem três eixos de ação para os quais foram definidos objetivos estratégicos, objetivos operacionais, ações a desenvolver e metas, devendo estes constituir os referenciais para a construção do Plano Anual de Atividades. As metas respondem aos objetivos estratégicos e operacionais, constituindo-se como indicadores para a avaliação das ações a desenvolver. Os meios de verificação permitir-nos-ão medir o grau de consecução dos objetivos e de concretização das metas.

Os princípios orientadores da EPCV-CELP-PM pretendem garantir a todos o direito à educação através de “uma permanente ação formativa orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade” (artigo 1.º da LBSE).

O regime de autonomia, financeira, administrativa e patrimonial da EPCV-CELP-PM, constitui um dos meios para que a escola cumpra a sua missão, regendo-se pelos seguintes princípios gerais:

- A equidade;
- A inclusão;
- A participação;
- A transparência;
- A democraticidade.
- A responsabilidade e prestação de contas.

Com base nos princípios orientadores atrás referidos, a autonomia financeira, administrativa e patrimonial, a administração e a gestão da escola, organizam-se com vista a:

- Promover o sucesso e prevenir o abandono escolar dos alunos;
- Desenvolver o serviço público de educação;
- Desenvolver a qualidade das aprendizagens e dos resultados escolares;
- Promover a equidade social, criando condições para a concretização da igualdade de oportunidades para todos;
- Assegurar as melhores condições de estudo e de trabalho, de realização e de desenvolvimento pessoal e profissional;
- Cumprir e fazer cumprir os direitos e os deveres constantes das leis, normas ou regulamentos e manter a disciplina;
- Observar o primado dos critérios pedagógicos sobre os de natureza administrativa;
- Assegurar a estabilidade e a transparência financeira, administrativa e patrimonial;
- Proporcionar condições para a participação dos membros da comunidade educativa e local.

5.3. Eixos de ação estratégica e ações a desenvolver

A definição dos eixos de ação estratégica teve subjacente a análise do contexto e o diagnóstico, bem como a discussão feita pelo grupo de trabalho encarregue da elaboração do presente Projeto Educativo quanto aos aspetos relevantes a considerar no mesmo.

Assim, foram definidos 3 eixos de ação estratégica:

1. Cultura, Identidade e Liderança;
2. Prática Pedagógica, Inovação e Compromisso com o Sucesso;
3. Qualidade do Serviço e Impacto na Comunidade.



Figura 4. Eixos de ação estratégica

Por seu turno, estes eixos de ação desdobram-se em objetivos estratégicos que, por sua vez, se decompõem em objetivos operacionais e metas, que serão monitorizados anualmente, assim como em ações a concretizar para a consecução desses objetivos.

A definição de eixos e de áreas de intervenção teve subjacente a análise do contexto, o diagnóstico e a discussão quanto aos aspetos relevantes a considerar no Projeto Educativo.

EIXO DE AÇÃO 1		Cultura, Identidade e Liderança		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	OBJETIVOS OPERACIONAIS	AÇÕES A DESENVOLVER	METAS	INDICADORES
I. Implementar e consolidar uma cultura organizacional, de avaliação e melhoria contínua comprometida com o aperfeiçoamento dos processos.	1.1. Diminuir o número de pontos fracos nos diferentes processos.	<ul style="list-style-type: none"> Dinamizar ações e formações que potenciem o alinhamento das pessoas com a Missão, a Visão e os Valores da EPCV. Garantir uma apropriação generalizada dos documentos orientadores da escola. Realizar reuniões periódicas da direção com as estruturas intermédias, com funcionários, com encarregados de educação e com alunos. 	<p>Diminuir 20% dos pontos fracos em cada ano.</p> <p>Número de reuniões realizadas.</p>	<p>Diminuição anual dos pontos fracos identificados (análise swot):</p> <ul style="list-style-type: none"> Não Atingida < a 20% Atingida = a 20% Superada > a 20% <p>Número de reuniões:</p> <ul style="list-style-type: none"> Não atinge < 1 Atinge = 1 Supera > 1
	1.2. Valorizar a ação das lideranças intermédias.	<ul style="list-style-type: none"> Consolidar um sistema de gestão, ancorado na estrutura organizacional constante no RI. Uniformizar procedimentos, visando a desburocratização e a melhoria dos serviços prestados. 	<p>Ao longo do período de vigência do PE.</p> <p>Realizar 1 reunião de partilha e articulação, por ano, entre os coordenadores de departamento.</p>	<p>Número de reuniões:</p> <ul style="list-style-type: none"> Não atinge < 1 Atinge = 1 Supera > 1
	1.3. Institucionalizar e melhorar práticas de autoavaliação e monitorização da atividade e do sucesso escolar.	<ul style="list-style-type: none"> Criar uma equipa de autoavaliação. Elaborar planos de melhoria. Criar instrumentos que permitam monitorizar o cumprimento do PE, PAA, dos Resultados Escolares e do Plano de melhoria. Criar um sistema de monitorização dos resultados escolares. 	<p>Criação de uma equipa de autoavaliação até ao final do 1.º período do ano letivo 2024-25.</p> <p>Elaboração de um plano de melhoria anual.</p>	<p>Criação de uma equipa de autoavaliação:</p> <ul style="list-style-type: none"> Não Atingida > final do 1.º período Atingida = final do 1.º período Superada < final do 1.º período <p>Elaboração de um plano de melhoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> Não Atingida > a 1 ano Atingida = a 1 ano Superada < a 1 ano

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	OBJETIVOS OPERACIONAIS	AÇÕES A DESENVOLVER	METAS	INDICADORES
			Criar um sistema de monitorização no prazo de um ano.	Criação de um sistema de monitorização dos resultados escolares: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Não Atingida > a 1 ano ▪ Atingida = a 1 ano ▪ Superada < a 1 ano
	1.4. Promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos recursos humanos da EPCV-CELP.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Elaborar um Plano de formação docente e não docente. 	Promover pelo menos 2 ações de formação por ano.	N.º anual de ações de formação: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Não Atingida < 2 ▪ Atingida = 2 ▪ Superada > 2
II. Promover um ambiente escolar socialmente acolhedor, inclusivo e cordial de forma fomentar o sentido de identidade de Escola.	2.1. Divulgar e fazer cumprir o regulamento interno ao nível das principais regras de conduta.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Garantir a tomada de conhecimento por parte da comunidade educativa através do envio do RI pelos diferentes canais de comunicação da EPCV. ▪ O DT/ professor titular deverá desenvolver com o seu grupo turma uma análise ao documento: Normas de conduta dos alunos da EPCV-CELP. ▪ Criar sinalética, sob a forma de slogan, para divulgar as regras do RI nos vários espaços físicos. ▪ Envolver alunos, pessoal docente, e não docente, pais e encarregados de educação no cumprimento do RI, no que respeita a regras de comportamento e atitudes. ▪ Diminuir o número de alunos com ocorrências disciplinares. 	Garantir a tomada de conhecimento do RI por 100% da comunidade educativa. O número de ocorrências disciplinares não deve ultrapassar 10% do total de alunos.	Tomada de conhecimento do RI: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Não Atingida < a 100% ▪ Atingida = a 100% % de turmas que analisaram as normas: conduta: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Não Atingida < a 95% ▪ Atingida = a 95% ▪ Superada > 95% % de alunos sem processos disciplinares por ano letivo: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Não Atingida < a 90% ▪ Atingida = a 90% ▪ Superada > 90%

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	OBJETIVOS OPERACIONAIS	AÇÕES A DESENVOLVER	METAS	INDICADORES
	2.2. Promover a cidadania e solidariedade.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumentar a integração da escola e dos alunos em projetos de cidadania e solidariedade. 	Participar em pelo menos 2 projetos por ano.	Participação em projetos: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Não atinge < 2 ▪ Atinge = 2 ▪ Supera > 2
	2.3. Propor, por cada estrutura intermédia e chefias de PND, pelo menos uma ação de melhoria.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Realizar reuniões periódicas da Direção com as estruturas intermédias, com funcionários, com encarregados de educação e com alunos, de modo a explicitar os objetivos estratégicos da gestão, melhorar a comunicação interna e recolher contributos para apoio à tomada de decisão. ▪ Elaborar e/ou atualizar de forma partilhada os documentos estruturantes da vida da escola. 	Pelo menos 1 reunião por ano, ao longo do período de vigência do PE. Garantir a tomada de conhecimento dos documentos estruturantes por 100% da comunidade educativa.	Nº de Reuniões: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Não atinge < 1 ▪ Atinge = 1 ▪ Supera > 1 Tomada de conhecimento dos documentos: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Não atinge < 100% ▪ Atinge = 100%
	2.4. Consolidar a cultura de escola entre a comunidade educativa, reforçando o sentimento de pertença, o compromisso e a ligação afetiva entre os seus membros e com a organização.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Oficializar e divulgar o hino da escola. ▪ Facilitar/dinamizar atividades ou momentos de interação profissional ou de lazer, que propiciem a interação entre todos os membros da comunidade educativa, com vista ao reforço do sentimento de pertença, da identidade e da cultura da escola, visando a melhoria do desempenho, a uniformização de procedimentos, o envolvimento das pessoas. 	Pelo menos 1 atividade por ano.	Número de atividades de interação na comunidade: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Não atinge < 1 ▪ Atinge = 1 ▪ Supera > 1

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	OBJETIVOS OPERACIONAIS	AÇÕES A DESENVOLVER	METAS	INDICADORES
III. Implementar práticas de gestão estratégica, organizacional e administrativa que potenciem a qualidade do serviço prestado.	3.1. Divulgar os documentos orientadores da escola ao PND.	Realizar sessões de debate e discussão dos documentos orientadores com os Assistentes Operacionais. Promover formação para os PND.	Pelo menos 1 por ano.	Número de Sessões de formação: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Não atinge < 1 ▪ Atinge = 1 ▪ Supera > 1
	3.2. Normalizar e implementar todos os documentos da escola.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Monitorizar a utilização dos documentos uniformizados. ▪ Personalizar os documentos com o logotipo da escolar. 	Ao longo do período de vigência do PE. Abranger a totalidade dos documentos (100%).	Uniformização de documentos: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Não atinge < 100% ▪ Atinge = 100%

EIXO DE AÇÃO 2 Prática pedagógica, inovação e compromisso com o sucesso

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	OBJETIVOS OPERACIONAIS	AÇÕES A DESENVOLVER	METAS	INDICADORES	
I. Tornar a EPCV-CELP numa escola de referência.	1.1. Promover práticas de organização e gestão do currículo e da aprendizagem para uma educação inclusiva.	<ul style="list-style-type: none"> Operacionalizar as medidas universais, seletivas e adicionais, em contexto de aprendizagem formal, numa lógica de abordagem multinível, promovendo a equidade e a inclusão. Monitorizar a aplicação das medidas. Avaliar a taxa de sucesso dos alunos com medidas de suporte à aprendizagem. 	Diminuir o insucesso em 5% desde o início da aplicação da medida até ao final do ano.	Diminuição do insucesso: <ul style="list-style-type: none"> Não atinge < 5% Atinge = 5% Supera > 5% 	
	1.2. Definir estratégias de atuação em função dos resultados da avaliação Externa.	<ul style="list-style-type: none"> Análise: <ul style="list-style-type: none"> dos resultados das Provas de Monitorização da Aprendizagem (ModA); dos resultados das Provas e Exames Nacionais. Reforçar a carga horária no ano terminal das disciplinas com provas e exame para aprofundamento e consolidação de matérias. 	Ao longo do período de vigência do PE. Resultados iguais ou superiores aos resultados nacionais. 1h de reforço na carga horária de disciplinas sujeitas a provas exame.	RN - reesultados nacionais RE - resultados de escola <ul style="list-style-type: none"> Não atinge - RE < RN Atinge - RE = RN Supera - RE > RN N.º de horas de reforço <ul style="list-style-type: none"> Não atinge < 1h Atinge = 1h Supera > 1h 	
	1.3. Promover a participação em projetos de investigação ou inovação educativa. Projetos no âmbito da educação para a cidadania, para o empreendedorismo, ambiental, financeira, tecnologias digitais, metodologias ativas.	Procurar soluções para problemas com que se defronta a qualidade da educação e do ensino (insucesso, desinteresse dos alunos, indisciplina, entre outras).	Participação em pelo menos 2 projetos por ano.	Participação em projetos:	<ul style="list-style-type: none"> Não atinge < 2 Atinge = 2 Supera > 2
	1.4. Promover a integração das tecnologias digitais no processo de ensino aprendizagem.	<ul style="list-style-type: none"> Criar as condições logísticas que permitam fomentar a elaboração de material digital. Capacitar docentes, não docentes e alunos para o uso de tecnologias digitais. 	Promover pelo menos 1 ação de formação no âmbito das tecnologias digitais, por ano.	Ações de formação por ano: <ul style="list-style-type: none"> Não atinge < 1 Atinge = 1 Supera > 1 	
	2.1. Aperfeiçoar mecanismos de análise e reflexão sobre práticas pedagógicas.	<ul style="list-style-type: none"> Implementar práticas de acompanhamento, partilha e entreaajuda por parte do coordenador de departamento e professores do grupo disciplinar. 	Pelo menos 2 reuniões por ano, entre os professores que lecionam a mesma disciplina	N.º de reuniões: <ul style="list-style-type: none"> Não atinge < 2 Atinge = 2 	

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	OBJETIVOS OPERACIONAIS	AÇÕES A DESENVOLVER	METAS	INDICADORES
II. Potenciar a melhoria do sucesso escolar dos alunos e promover o mérito e a excelência, aliando-os a uma cultura de rigor e exigência no interior da EPCV-CELP.				<ul style="list-style-type: none"> ▪ Supera > 2
	2.2. Consolidar a implementação e operacionalização do Referencial de Avaliação.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Operacionalizar e desenvolver o processo de ensino e de aprendizagem, integrando a avaliação com enfoque na dimensão formativa ancorada: <ul style="list-style-type: none"> - no uso de múltiplas técnicas, instrumentos e atividades de avaliação; - no uso do feedback aos alunos, de forma contínua e sistemática; - no envolvimento dos alunos na regulação contínua da aprendizagem. ▪ Construção de instrumentos diversificados para avaliação formativa. 	<p>Ao longo do período de vigência do PE. Divulgação do referencial de avaliação</p> <p>Por ano e disciplina, construir e aplicar pelo menos 3 instrumentos de avaliação comuns</p>	<p>N.º de instrumentos de avaliação formativa:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Não atinge < 3 ▪ Atinge = 3 ▪ Supera > 3
	2.3. Refletir sobre as boas práticas de uso das tecnologias digitais nos processos de ensino e aprendizagem.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Identificar e divulgar atividades propostas no PAA, consideradas boas práticas relativas ao uso das tecnologias digitais em sala de aula 	<p>Ao longo do período de vigência do PE. Divulgação de 2 boas práticas por ano.</p>	<p>Divulgação de boas práticas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Não atinge < 2 ▪ Atinge = 2 ▪ Supera > 2 ▪
	2.4. Promover o sucesso escolar.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Implementar medidas de apoio e suporte à aprendizagem. ▪ Consolidar práticas de avaliação formativa. ▪ Definir procedimentos e práticas avaliativas que privilegiem a dimensão formativa e o <i>feedback</i> de qualidade. ▪ Reforçar o trabalho colaborativo para melhoria dos processos e para a melhoria dos resultados. ▪ Incentivar o maior envolvimento dos EE no acompanhamento da vida escolar dos alunos, em particular no que diz respeito à assiduidade, aproveitamento, comportamento e cumprimento das medidas de apoio educativo propostas pelo conselho de turma. ▪ Aumento das taxas de sucesso na avaliação interna dos alunos. ▪ Aumento da taxa de sucesso nos resultados de avaliação externa. 	<p>Alcançar uma taxa de sucesso de, pelo menos, 95% Melhorar a qualidade de sucesso em 3% Diminuir o diferencial entre médias de classificação externa e médias nacionais em 3%</p>	<p>Taxa de sucesso:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Não atinge < 95% ▪ Atinge = 95% ▪ Supera > 95% <p>Diminuição do diferencial entre médias :</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Não atinge < 3% ▪ Atinge = 3% ▪ Supera > 3%
	2.5. Promover a BE como motor de transformação das competências de gestão da informação e da produção de conhecimento.	Realização de ações e projetos conjuntos da BE com os diferentes níveis de ensino.	Pelo menos 1 projeto por ano e por nível de ensino	<p>N.º de projetos conjuntos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Não atinge < 1 ▪ Atinge = 1 ▪ Supera > 1

EIXO DE AÇÃO 3		Qualidade do serviço e impacto na Comunidade		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	OBJETIVOS OPERACIONAIS	AÇÕES A DESENVOLVER	METAS	INDICADORES
I. Projetar a identidade da EPCV-CELP a nível Nacional e Internacional.	1.1. Promover a divulgação de iniciativas e atividades realizadas na EPCV-CELP.	<ul style="list-style-type: none"> Divulgação da atividade da EPCV em plataformas informáticas e página da escola e meios de divulgação externa e interna. Reforço dos meios alocados à equipa de comunicação. 	Divulgação de 90% das atividades e projetos desenvolvidos, a nível interno e externo.	Divulgação: <ul style="list-style-type: none"> Não atinge < 90% Atinge = 90% Supera > 90%
	1.2. Procurar o reconhecimento interno e externo do esforço de melhoria da qualidade desenvolvida pela escola.	<ul style="list-style-type: none"> Elaborar flyer/vídeo que evidencie o que de melhor se faz na EPCV e divulgar na página web/ jornal 	Elaborar pelo menos: <ul style="list-style-type: none"> 1 flyer, por ano; 1 vídeo e 1 notícia por período. 	N.º de ações: <ul style="list-style-type: none"> Não atinge < 3 Atinge = 3 Supera > 3
	1.3. Promover o Desporto Escolar.	<ul style="list-style-type: none"> Torneios inter turmas. Torneios inter escolas. 	Envolver 75% das turmas. Promover pelo menos um torneio.	N.º de turmas: <ul style="list-style-type: none"> Não atinge < 75% Atinge = 75% Supera > 75% N.º de torneios inter escolas: <ul style="list-style-type: none"> Não atinge < 1 Atinge = 1 Supera > 1
	1.4. Elaborar um plano de formação anual, em consonância com este projeto e com o PAA.	<ul style="list-style-type: none"> Promover a formação de PD e PND, tendo em conta os pressupostos e metas constantes deste projeto, assim como perante o diagnóstico de necessidades de desenvolvimento profissional de professores e funcionários e as exigências de natureza organizacional. 	Elaboração de 1 plano de formação para PD e PND, por ano. Promover pelo menos uma ação de formação por ano.	N.º de ações por ano: <ul style="list-style-type: none"> Não atinge < 1 Atinge = 1 Supera > 1
	1.5. Promover a BE na Escola, comunidade escolar e comunidade envolvente.	<ul style="list-style-type: none"> Dinamizar atividades que envolvam toda a comunidade educativa. 	Pelo menos 1 vez por ano.	N.º de iniciativas: <ul style="list-style-type: none"> Não atinge < 1

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	OBJETIVOS OPERACIONAIS	AÇÕES A DESENVOLVER	METAS	INDICADORES
				<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atinge = 1 ▪ Supera > 1
	1.6. Fomentar o envolvimento da comunidade educativa e da comunidade local.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Dinamizar um “Dia Aberto da Escola”. ▪ Promover iniciativas/ações, para a sensibilização da comunidade educativa em temas emergentes e relevantes: <ul style="list-style-type: none"> - a defesa do ambiente e preservação da natureza e património; - o gosto pela atividade física e pela alimentação saudável. 	<p>1 vez por ano.</p> <p>1 ação por ano.</p>	<p>N.º de iniciativas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Não atinge < 1 ▪ Atinge = 1 ▪ Supera > 1
	1.7. Estabelecer um plano de parcerias que promovam a qualidade das aprendizagens - Parcerias para a inclusão.	Estabelecimento de parcerias de âmbito local, ligadas à formação e transição para a vida ativa dos alunos com NEE.	Ao longo do período de vigência do PE.	<p>N.º de parcerias:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Não atinge < 1 ▪ Atinge = 1 ▪ Supera > 1
	1.8. Estabelecer um plano de parcerias, no âmbito nacional e/ou internacional, que incentivem a criatividade, a inovação e o espírito empreendedor, promovendo a igualdade, a coesão social e a cidadania ativa.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Parcerias e estratégias com organização de atividades de formação, ensino e aprendizagem. ▪ Parcerias de intercâmbio escolar. 	Ao longo do período de vigência do PE.	<p>N.º de parcerias:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Não atinge < 3 ▪ Atinge = 3 ▪ Supera > 3

5. Divulgação e Avaliação do Projeto Educativo

Avaliar é, simultaneamente, o último, mas também o primeiro processo de qualquer uma vez que o feedback da avaliação é sempre a razão de ser da ação futura. Sendo um processo contínuo de autorregulação, as decisões são tomadas em face dos resultados.

A avaliação do Projeto Educativo, documento estratégico que visa a qualidade da ação educativa, vai permitir, não só verificar, mas também aperfeiçoar o serviço prestado à comunidade.

Refletindo o Projeto Educativo nas várias dimensões, toda a ação educativa da escola é avaliada parcialmente por vários órgãos e entidades, em fases diferentes, tais como o Conselho Pedagógico, o Conselho de Docentes, os dinamizadores de clubes e projetos, os alunos, o pessoal não docente e a comissão de pais/associação de pais encarregados de educação.

Constituirão instrumentos relevantes de consulta os inquéritos de satisfação, os Relatórios de Atividades elaborados a partir da avaliação dos Planos Anuais de Atividades, o Relatório de Contas, atas várias do Conselho Pedagógico e outras, relatórios diversos (projetos, biblioteca, entre outros) e ainda os diferentes estudos de acompanhamento dos resultados.

A avaliação do Projeto Educativo constitui um processo dinâmico de aferição de práticas, processos pedagógicos, atividades e resultados que, no final do quadriénio, permitirá fazer o retrato da evolução da EPCV-CELP-PM e avaliar em que medida as metas nele definidas foram alcançadas.

A avaliação do projeto será realizada no final de cada ano letivo e no final da sua vigência.

O Projeto Educativo da EPCV-CELP-PM será divulgado a toda a comunidade educativa através das diferentes estruturas de gestão intermédia e disponibilizado na página da internet, em www.epcv.cv.

Bibliografia

- Alves, José Matias (1992). Organização, gestão e projecto educativo das escolas. Col. Cad. Pedagógicos, 9, Ed. Asa. Porto.
- Azevedo, Rui et. al. (2011). Projetos educativos: elaboração, monitorização e avaliação - guião de apoio. Lisboa: ANQ.
- Costa, Jorge Adelino (2007). Projectos em educação. Contributos de análise organizacional. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Drucker, Peter (1992). Managing for the future. New York: Harper Collins.

Documentos

- Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória, disponível em <https://www.dge.mec.pt/perfil-dos-alunos>.
- Estratégia de Educação para a Cidadania, disponível em <https://www.dge.mec.pt/educacao-para-a-cidadania/documentos-de-referencia>.

Legislação

- Lei n.º 46/86, de 14 de outubro (na sua atual redação) - Aprova a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE).
- Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro - Consagra o ordenamento jurídico da Educação Pré-escolar.
- Decreto-Lei n.º 227/2005, de 28 de dezembro - Define o regime de concessão de equivalência de habilitações de sistemas educativos estrangeiros a habilitações do sistema educativo português ao nível dos ensinos básico e secundário.
- Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de dezembro (na sua atual redação) - Estabelece o regime jurídico do Sistema Nacional de Qualificações (SNQ) e define as estruturas que asseguram o seu funcionamento.
- Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto - Estabelece o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade Escolar e consagra a universalidade da Educação
- Pré-escolar para as crianças a partir dos 5 anos de idade.
- Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro - Aprova o Estatuto do Aluno e Ética Escolar, que estabelece os direitos e os deveres do aluno dos ensinos básico e secundário e o compromisso dos pais ou encarregados de educação e dos restantes membros da comunidade educativa na sua educação e formação.
- Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de agosto (na sua atual redação) - Estabelece os princípios e as normas que garantem a inclusão, enquanto processo que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos, através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa.
- Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de agosto (na sua redação atual) - Estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário, os princípios orientadores da sua conceção, operacionalização e avaliação das aprendizagens, de modo a garantir que todos os alunos adquiram os conhecimentos e desenvolvam as capacidades e atitudes que contribuem para alcançar as competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.
- Portaria n.º 223-A/2018, de 3 de agosto (na sua atual redação) - Procede à regulamentação das ofertas educativas do Ensino Básico, designadamente o Ensino Básico Geral e os cursos artísticos especializados, definindo as regras e procedimentos da conceção e operacionalização do currículo dessas ofertas, bem como da avaliação e certificação das aprendizagens, tendo em vista o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

- Despacho n.º 6944-A/2018, de 18 de julho - Homologa as Aprendizagens Essenciais do Ensino Básico
- Despacho n.º 6605-A/2021 - Procede à definição dos referenciais curriculares das várias dimensões do desenvolvimento curricular, incluindo a avaliação externa.
- Despacho Normativo n.º 6/2018, de 12 de abril (na sua atual redação) - Estabelece os procedimentos da matrícula e respetiva renovação e as normas a observar na distribuição de crianças e alunos, e define o calendário de matrículas e respetiva renovação para o ano escolar de 2021-2022.
- Despacho n.º 4506-A/2023, publicado no Diário da República, 2.ª série, N.º 73, de 13 de abril de 2023 - Define o calendário de matrículas e da renovação de matrículas.
- Decreto-Lei n.º 62/2023, de 25 de julho - Altera as regras de adaptação do processo de avaliação no âmbito do regime jurídico da educação inclusiva e as regras relativas ao processo de avaliação externa das aprendizagens.
- Despacho Normativo n.º 4/2024, de 21 de fevereiro - Aprova o Regulamento das Provas de Avaliação Externa e das Provas de Equivalência à Frequência dos Ensinos Básico e Secundário para o ano letivo 2023/2024.
- Lei n.º 31/2002, de 20 de dezembro - Aprova o sistema de avaliação da educação e do ensino não superior.
- Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril (na sua atual redação) - Aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos de ensino públicos da Educação Pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.
- Decreto-Lei n.º 139-B/2023, de 29 de dezembro - Regula os concursos de recrutamento do pessoal docente das Escolas Portuguesas no Estrangeiro da rede pública do Ministério da Educação e dos respetivos polos (EPERP).
- Decreto-Lei n.º 213/2015, de 29 de setembro (na sua atual redação) - Criação, ao abrigo do protocolo celebrado entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República de Cabo Verde, da Escola Portuguesa de Cabo Verde - Centro de Ensino e da Língua Portuguesa, da titularidade do Estado Português, com sede em território de Cabo Verde, na cidade da Praia.
- Despacho n.º 41/2016, de 24 de agosto, publicado no Boletim Oficial n.º 43, II série, do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades de Cabo Verde - autoriza, a partir do ano letivo de 2016/2017, a abertura e funcionamento, em território de Cabo Verde, da Escola Portuguesa de Cabo Verde - Centro de Ensino e da Língua Portuguesa, reconhecendo-lhe, para efeitos legais, a natureza de entidade de ensino.
- Portaria n.º 297/2023, de 4 de outubro - Criação do Polo do Mindelo da Escola Portuguesa de Cabo Verde - Centro de Ensino e da Língua Portuguesa (EPCV-CELP-PM).